



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000804-14.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Protesto Indevido de Título**
 Requerente: **TATIANA DA SILVA SANCHES**
 Requerido: **AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA ME e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

TATIANA DA SILVA SANCHES, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA ME, FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA, FERREIRA AGROTERRA LTDA, HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO, BANCO BRADESCO SA, também qualificados, alegando ter sido surpreendida com a intimação em Editais de Protesto em razão de 71 títulos emitidos pela ré *Agrotelas*, 35 títulos emitidos pela ré *Ferreira & Ferreira* e 4 títulos emitidos pela ré *Ferreira Agroterra Ltda.*, os quais foram transmitidos por endosso aos réus *HSBC* e *BRADESCO*, salientando não ter mantido qualquer relação comercial com os réus que pudesse justificar o saque de referidas duplicatas, nas quais não existiu qualquer aceite ou mesmo nota fiscal, fatura, comprovante de recebimento ou de prestação de serviços, tratando-se de títulos emitidos sem qualquer lastro comercial, configurando ato ilícito que lhe causa danos de natureza moral, de modo que reclama seja declarada a inexistência do débito e a inexigibilidade dos títulos, bem como sejam as rés condenadas ao pagamento de indenização por danos morais em montante a ser arbitrado pelo Juízo.

Foi deferida a antecipação da tutela para sustar a publicidade dos protestos.

As rés *Agrotelas*, *Ferreira & Ferreira* e *Ferreira Agroterra Ltda* contestaram o pedido admitindo que a pessoa de *Micheli Cristina Ferreira*, filha dos sócios fundadores das empresas, de fato, na condição de administradora do negócio, teria “emitido inúmeros títulos frios através da empresas, em nome de terceiros e clientes, sem jamais ter consultado os demais sócios a respeito”, aduzindo que, “questionada sobre valores e pessoas envolvidas, se limitou a informar que as empresas estavam com dívidas junto aos bancos, uma vez que ela trocava títulos”, fatos devidamente registrados em boletim de ocorrência n.º 257/2014 lavrado junto ao 1º Distrito Policial de São Carlos na data de 21 de fevereiro de 2014, de modo que não se opõem à declaração de inexigibilidade dos débitos e títulos, admitindo não tenham eles qualquer lastro comercial, mas refutando a responsabilidade pelos alegados danos morais, uma vez que esses seriam meramente hipotéticos, de modo a concluir pela improcedência da ação.

O réu *HSBC* contestou o pedido alegando, preliminarmente, sua ilegitimidade passiva na medida em que recebeu os títulos por endosso-mandato, para simples cobrança, enquanto no mérito afirma ter recebido os títulos por endosso traslativo, sem envolvimento, contudo, no negócio originário, de modo que não lhe caberia responsabilidade alguma, inclusive porquanto não demonstrados os danos morais reclamados na inicial, de modo a concluir pela improcedência da ação.

O réu *Bradesco* contestou o pedido alegando que embora tenha recebido os títulos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

por endosso traslativo, não os encaminhou a protesto, não tendo mantido, de outra parte, qualquer envolvimento no negócio originário, de modo que não lhe caberia responsabilidade alguma, inclusive porquanto não demonstrados os danos morais reclamados na inicial, de modo a concluir pela improcedência da ação.

A autora replicou destacando a confissão das rés quanto à emissão das duplicatas sem lastro comercial bem como postulando a rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva dos bancos réus, nos termos do que regula a Súmula 475 do Superior Tribunal de Justiça, reafirmando a tese de procedência da ação.

É o relatório.

Decido.

O réu *HSBC* articula a preliminar de ilegitimidade passiva em argumentação claramente contraditória, pois inicialmente afirma ter firmado com as rés emitentes dos títulos um *contrato de desconto de títulos*, a partir do qual, ao apontar os títulos em protesto, teria agido “*como mero mandatário*” (sic. – fls. 127), o que não nos parece conforme a melhor doutrina e jurisprudência.

Ocorre que em havendo *endosso traslativo*, a instituição financeira, “*ao receber duplicata não aceita, assume o risco de o título estar desprovido de causa, mormente em não se acautelando e não se munindo da documentação necessária para comprovar a compra e venda e a respectiva entrega da mercadoria*” (cf. Apelação n. 556.316-2, do extinto 1º TACivSP, relator Juiz Sílvio Venosa ¹).

Ou seja, não basta ao banco endossatário receber do endossante um *termo de responsabilidade* pela licitude da emissão dos títulos; cumpre-lhe, ao inverso, realizar efetivas diligências no sentido de garantir-se dessa licitude mediante documentos, porquanto “*não havendo prova nesse sentido, perde o título não somente sua liquidez mas também seu objeto, sendo nulo nos termos do art. 82 do Código Civil*”, em consequência do que “*não pode o portador ser qualificado como terceiro de boa-fé, sob pena de se subverter a normalidade e confiança nas relações negociais*” (cf. Apelação n. 556.316-2, do extinto 1º TACivSP, relator Juiz Sílvio Venosa ²).

Há, portanto, manifesta responsabilidade do endossatário em se cuidando de endosso traslativo, a propósito da bem lembrada Súmula nº 475 do Superior Tribunal de Justiça, assim tratada em precedentes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: “*Declaratória de anulação de título, cumulada com pedido de cancelamento de protesto e danos morais. Duplicata mercantil sem causa. Protesto efetuado por Banco endossatário. Endosso traslativo. Parte legítima para responder pela ação. Precedentes. Súmula 475 do STJ. Recurso improvido*” (cf. Ap. nº 9126571-82.2008.8.26.0000 - 17ª Câmara de Direito Privado TJSP - 22/08/2012 ³).

Rejeita-se, portanto, a preliminar.

No mérito há confissão dos réus quanto à emissão das duplicatas sem lastro comercial.

A partir disso, inegável o ilícito, é de rigor o acolhimento do pleito de declaração de inexistência do débito referente aos títulos descritos na inicial, como ainda, por se tratar de emissão ilícita, manifesta a responsabilidade dos réus em responder pelos danos sofridos pela autora.

A inicial reclama apenas danos de natureza moral, decorrentes do protesto dos títulos que, de regra, gera restrição de acesso da pessoa ao mercado de crédito, crédito que, “*em*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br.

³ www.esaj.tjsp.jus.br.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sentido amplo, representa um cartão que estampa nossa personalidade, e em razão de cujo conteúdo seremos bem ou mal recebidos pelas pessoas que conosco se relacionam na diuturnidade da vida privada” (cf. YUSSEF SAID CAHALI)⁴, consistindo o só abalo deste crédito num efetivo prejuízo moral, acerca do qual não haverá falar-se em necessidade de produção de prova cabal dos prejuízos morais, “eis que a indenização dos danos morais identifica-se apenas com padecimentos intelectuais ou subjetivos próprios das pessoas vitimadas por condutas ilícitas - Pedido juridicamente possível - Preliminar rejeitada” (Apelação n. 1.022.297-8 - Décima Primeira Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil - votação unânime - VASCONCELLOS BOSELLI, Relator)⁵.

Ou seja, também não procede o entendimento das réus no sentido de que cumpra ser demonstrado o dano moral, no caso destes autos.

Veja-se, ainda, a jurisprudência mais recente: “*Apelação - Ação declaratória de inexigibilidade de título c.c. Indenização por danos morais - Título sem causa - Banco endossatário - Endosso translativo - Responsabilidade do endossatário configurada - Procedência - Dano moral configurado - Sentença mantida Recurso improvido*” (cf. Ap. nº 0024897-27.2012.8.26.0405 - 6ª Câmara Extraordinária de Direito Privado TJSP - 24/07/2014⁶).

É, portanto, procedente também o pleito de indenização pelo dano moral, pelo qual devem responder os réus, sem possibilidade, entretanto, de verificar-se solidariedade entre eles.

Ocorre que os atos de emissão de duplicatas e de apontamento a protesto se deram de forma independente e sem o concurso uns dos outros, exceto no que diz respeito aos endossantes e endossatários, de modo que caberá dividida a obrigação de pagamento de indenização entre cada uma das réus.

Assim, entre a ré *Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda* e o réu *HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo*, pela emissão e apontamento a protesto dos 32 títulos descritos às fls. 03 e 04.

Também entre a ré *Ferreira & Ferreira Comércio de Telas Ltda* e o mesmo réu *HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo*, pela emissão e apontamento a protesto dos 16 títulos descritos às fls. 04.

Ainda, entre a ré *Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* pela emissão e apontamento a protesto dos 39 títulos descritos às fls. 04 e 05.

Entre a ré *Ferreira & Ferreira Comércio de Telas Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* pela emissão e apontamento a protesto dos 19 títulos descritos às fls. 06.

E entre a ré *Ferreira Agroterra Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* pela emissão e apontamento a protesto dos 04 títulos descritos às fls. 06.

Essa divisão deverá guardar proporcionalidade com o número dos títulos emitidos e protestados, atento ao que a seguir será analisado na liquidação do dano, que passamos a analisar.

A autora, no caso, suportou os efeitos do protesto desde que lavrados e até que cumprida a determinação de antecipação da tutela, e embora a autora não faça prova da data desses protestos (*os documentos de fls. 18/21 não indicam a data de publicação do jornal*), os informes dos Cartórios de Protesto, às fls. 52/54, fls. 80 e fls. 121, permitem constatar que os protestos dataram do período entre os dias 03 e 20 de janeiro de 2014, enquanto a decisão judicial que sustou a publicidade desses atos data de 31 de janeiro de 2014 (fls. 30).

Ou seja, o dano suportado pela autora se verificou no período entre 17 e 11 dias, apenas.

⁴ YUSSEF SAID CAHALI, *Dano Moral*, RT, SP, 1998, n. 9.2, p. 358.

⁵ LEX - JTACSP - Volume 194 - Página 116

⁶ www.esaj.tjsp.jus.br.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diga-se mais, não há na inicial notícia de abalo de crédito real, com recusa efetiva de negócio comercial ou financeiro ou mesmo de exposição pública a vexame ou humilhação por conta do protesto, de modo que o dano a ser considerado é potencial, apenas.

Mas há que se levar em conta o estado de alarme que restaria a qualquer pessoa, tomando-se por base o senso médio do ser humano, ao receber notificações para pagamento, sob pena de protesto, de 113 duplicatas com valor em dinheiro a superar em muito a vultosa cifra dos R\$ 100.000,00.

Com o devido respeito, há um sentimento de desespero que ínsito ao ato em si, e aqui a regra estabelecida acima, de que a divisão da responsabilidade pela indenização guarde relação de proporcionalidade com o número de duplicatas emitidas e protestadas, dado que o estado subjetivo a partir do qual reconhecida a intensidade do dano moral parte desse índice quantitativo.

A ver deste Juízo parece minimamente razoável, ante as circunstâncias acima descritas, liquidar-se esse dano pelo valor equivalente a dez (10) salários mínimos, ou pelo valor de R\$ 7.240,00 (*salário mínimo de R\$ 724,00 - cf. Decreto nº 8.166, de 23 de dezembro de 2013*), pelo qual a ré *Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda* e o réu *HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 2.106,18.

A ré *Ferreira & Ferreira Comércio de Telas Ltda* e o mesmo réu *HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 1.053,10.

A ré *Agrotelas Ferreira Implementos Agrícolas e Telas Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 2.566,90.

A ré *Ferreira & Ferreira Comércio de Telas Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 1.250,55.

E a ré *Ferreira Agroterra Ltda* e o réu *Banco Bradesco S/A* responderão, solidariamente, na proporção de R\$ 263,27.

Esses valores deverão ser acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença.

Os réus sucumbem e devem arcar com o pagamento das despesa processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor das respectivas condenações, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, DECLARO INEXIGÍVEL o débito representado pelas duplicatas emitidas pelas rés *AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA*, *FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA* e *FERREIRA AGROTERRA LTDA* contra a autora *TATIANA DA SILVA SANCHES*, conforme descritas às fls. 03 a 06 da petição inicial, as quais DECLARO NULAS, em consequência do que torno definitiva a antecipação da tutela para cancelamento dos protestos respectivos; CONDENO os réus *AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA* e *HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO*, solidariamente, a pagar à autora *TATIANA DA SILVA SANCHES* indenização por dano moral no valor de R\$ 2.106,18 (*dois mil cento e seis reais e dezoito centavos*), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; CONDENO os réus *FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA* e *HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO*, solidariamente, a pagar à autora *TATIANA DA SILVA SANCHES* indenização por dano moral no valor de R\$ 1.053,10 (*mil e cinquenta e três reais e dez centavos*), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; CONDENO os réus *AGROTELAS FERREIRA IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E TELAS LTDA* e *BANCO BRADESCO S/A*, solidariamente, a pagar à autora *TATIANA DA SILVA SANCHES* indenização por dano moral no valor de R\$ 2.566,90 (*dois mil*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

quinhentos e sessenta e seis reais e noventa centavos), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; CONDENO os réus FERREIRA & FERREIRA COMÉRCIO DE TELAS LTDA e BANCO BRADESCO S/A, solidariamente, a pagar à autora TATIANA DA SILVA SANCHES indenização por dano moral no valor de R\$ 1.250,55 (*mil duzentos cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos*), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; CONDENO os réus FERREIRA AGROTERRA LTDA e BANCO BRADESCO S/A, solidariamente, a pagar à autora TATIANA DA SILVA SANCHES indenização por dano moral no valor de R\$ 263,27 (*duzentos e sessenta e três reais e vinte e sete centavos*), acrescidos correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data desta sentença; e CONDENO os réus ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor das respectivas condenações, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 27 de agosto de 2014.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**